

HABITAÇÃO E CIDADE: O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO DE LISBOA



Maqueta do plano de intervenção para a operação SAAL. Quinta Grande – B. José Alvalade, Espólio António Gamito

O problema da habitação: operações SAAL, participação e democracia

Apresentação e debate sobre o documentário *Habitat*, Fernando Lopes, 1976

Oradores Alexandre Alves Costa (arquiteto), Ana Drago (socióloga) e Gonçalo Antunes (CICS.NOVA / NOVA FCSH)

Moderação de Ricardo Santos (CEAU-FAUP)

29 de abril de 2023 • 15h

Auditório da Biblioteca Orlando Ribeiro

Fundo de Fomento da Habitação. Texto de apoio ao filme – S.A.A.L.

O SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), criado depois do 25 de Abril é uma tentativa de solução do problema habitacional, que se baseia na iniciativa popular dos moradores dos bairros degradados e a sua eficácia depende da capacidade de organizativa das populações que, através da conscientização das suas necessidades, vão desenvolvendo uma consciência política mais alargada.

Esta intervenção assenta no respeito pelas características próprias de cada comunidade, pelo que as soluções abrangem quer a recuperação e renovação de habitações ou espaços comunitários, quer a construção de novos bairros.

Nas suas iniciativas, as populações organizadas em Associações de Moradores ou Cooperativas de Habitação Económica, contam com o apoio financeiro e com o apoio técnico de uma equipa multidisciplinar (arquitetos, engenheiros, sociólogos, etc.) que, no próprio local, num processo aberto e dialético com os moradores, procura a solução adequada a cada caso, tentando preservar os valores culturais e comunitários dessa zona cuja origem se encontra, na maioria dos casos, ligada a processos de desenvolvimento industrial e de migração para as zonas urbanas. Nesse sentido, e sempre que possível, os processos desenvolvem-se no mesmo local, garantindo-se às populações o direito à apropriação de terrenos normalmente bem situados em relação à cidade, para o que foram criados os instrumentos legais que visam a apropriação expedita desses terrenos.

O apoio financeiro consiste num subsídio a fundo perdido cujo valor oscila actualmente entre os 60 e os 90 contos por

fogo, garantindo-se ainda, para o excedente um empréstimo em 20 anos e com um juro de 3%.

Como processo aberto que é, ligado à dinâmica da organização das populações o SAAL estará sempre sujeito à redefinição dos seus parâmetros e condicionantes de intervenção de acordo com os interesses das classes a que se destina.

Disto são exemplo as lutas dos Bairros Camarários e contra a especulação dos sub-alugas no Porto e as grandes manifestações populares pelo direito à habitação.

A composição social dos moradores (lumpen, proletariado e/ou pequena burguesia), as suas condições actuais de habitação, os seus diferentes graus de mobilização e de consciência política e a própria capacidade dos técnicos fazem com que o processo SAAL apresente diferenças marcadas de bairro para bairro e de região para região.

Saliente-se que o SAAL não é um processo autónomo; antes, mantém estreitas relações de dependência com outros organismos estaduais intervenientes em diferentes fases do trabalho, pelo que a sua dinâmica dependerá necessariamente dos apoios ou dificuldades que daí lhe vierem.

Do caminho percorrido até agora, podemos afirmar que o SAAL constitui uma resposta válida e adequada às necessidades sentidas pelas populações na sua luta pela habitação.

Contudo, como forma de intervenção nova e experimental que é, e dado que o SAAL não atingiu ainda em nenhum local as últimas fases de realização, não é possível aferir desde já dos seus resultados globais.



Bairro D. Leonor, junto ao antigo Estádio da Luz, Lisboa, 1974. Espólio Manuel Magalhães

Plano de acção de Vancouver. Recomendações para uma Acção Nacional

E. Participação Popular

(...) 4. Podem conceber-se três tipos de participação: de cima para baixo, pela intervenção dos escalões superiores da administração no processo de decisão de grupos mais restritos; horizontalmente, se houver cooperação entre os interesses sectoriais, paralelos ou concorrentes; ou de baixo para cima, quando os habitantes participam directamente na tomada de decisões e na execução de programas que os tocam de perto. É nos dois primeiros tipos de participação que se baseiam as estratégias, os processos de planificação, a execução de programas e, de uma forma geral, a gestão dos estabelecimentos humanos; o terceiro tipo, ao qual se dá o nome de participação popular, está em vias de se tornar elemento indispensável em todos os processos verdadeiramente democráticos.

5. Não se deve poupar nenhum esforço para eliminar os obstáculos que se opõem à participação activa das mulheres nas actividades de planificação, de concepção e de execução relativas aos estabelecimentos humanos, sob todos e em todos os escalões da administração pública.

(...) b) A participação popular deve servir para responder tanto às novas necessidades da sociedade, como às necessidades sociais, económicas e culturais existentes. Os cidadãos e os seus governos devem institucionalizar mecanismos de participação popular que contribuam para a consciência do papel dos indivíduos na transformação da sociedade.

Documento n.º 158, Livro Branco do SAAL, Conselho Nacional do SAAL, Porto, 1976, p.333 a 336

Ficha Técnica

Documentário institucional – curta-metragem

Habitat - Um Desafio, 1976, 16mm, 25'

Realização Fernando Lopes (1935-2012)

Produção Centro Português de Cinema (CPC), Comissão Nacional para o Desenvolvimento e o Fundo de Desenvolvimento para a Habitação

Montagem Fernando Lopes, Carlos Gorjão

Música Carlos Paredes

Canções José Afonso

Fotografia José Luís Carvalhosa

Comentário Correia da Cunha

Som Carlos Gorjão Assistente de realização
Olívia Varela (Manóvilía)

Locução Carlos Cruz (versão portuguesa),
Françoise Hourtiguët (versão francesa)

Estreia 2 de Junho de 1976, Queen Elizabeth Theatre (Vancouver)

Apresentação Habitat – Conferência das Nações Unidas sobre estabelecimentos humanos, Jericho Beach, Vancouver, Canadá, 31 de Maio a 11 Junho 1976

Representação portuguesa no Forum não Governamental Maria Graça Saraiva, Alexandre Alves Costa, Ana Salta (Membros do FFH)

“A contribuição portuguesa à conferência de Vancouver não poderá ser senão o testemunho do lançamento de uma nova política urbana: na verdade, só a mudança política verificada no nosso país desencadeou a formulação de uma nova estratégia no aproveitamento dos recursos, dando prioridade às camadas sociais mais oprimidas e que habitam nas condições mais insuportáveis.”

Nuno Portas, arquitecto, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

“Uma nova política urbana”, comunicado à reunião preparatória da Conferência das Nações Unidas, Março 1976.